

A luta pelo poder: A derrota do *florismo* - uma análise preliminar (1935-1937)

Rafael Saraiva Lapuente¹

Resumo: Estudamos o processo de isolamento político do governador Flores da Cunha. Para isso, nos apoiaremos três eixos: as relações dele com o governo federal, com o alto oficialato do exército e as questões que envolveram a política local com o próprio partido, o PRL, e com a oposição, a Frente Única Gaúcha.

Palavras-chave: História Política; História Regional; *Florismo*.

The Struggle for Power: The ‘florismo’ Defeat, a Preliminary Analysis (1953-1937)

Abstract: We studied the political isolation process of Flores da Cunha governor. For this, we will support three areas: the relationship of it with the federal government, with the high officer corps of the army and the issues surrounding local politics with the party itself, the PRL, and the opposition, the United Gaucha Front.

Keywords: Political History; Regional History; *Florismo*.

Introdução

Analisaremos o cerco político ao governador Flores da Cunha, que culminou com sua fuga em 1937 para o Uruguai, dias antes da decretação do Estado Novo por Getúlio Vargas. Tradicionalmente, a política estadual estava dividida entre o PRR e o PF, que se transformariam, juntamente com republicanos dissidentes, em Partido Libertador em 1927. Mesmo com a predominância do PRR, positivista e de perfil mais modernizador, conviveu em embates políticos e pelas armas com o Partido Federalista,

¹ Mestrando em História, PUCRS (PPGH)

ligado à região da Campanha² e de caráter mais conservador, economicamente vinculado à produção pecuária. Nesse sentido, o Rio Grande do Sul possuía duas fortes políticas, até 1927, quando a eleição de Getúlio Vargas para presidente do estado unificou a política regional em Frente Única Gaúcha (FUG) e afastou Borges de Medeiros da presidência do estado, assim permanecendo durante a campanha da Aliança Liberal de 1930, quando o Rio Grande do Sul era o único estado no país nessa condição, tão admirável que acabou ficando conhecido o caso como *o milagre do Rio Grande do Sul*.³

É nessa conjuntura que ocorrerá o apaziguamento da política regional, de duração efêmera, até 1932, quando a FUG acompanhou os paulistas na Guerra Civil, mas sem o apoio de Flores da Cunha, interventor do estado.⁴ Com esse novo choque, o PRR passou pela primeira vez para a oposição desde as escaramuças dos anos 1890, e, acompanhado do PL, forçou o situacionismo a fundar um novo partido. É nesse cenário de profunda crise política no estado que procuraremos analisar o período 1935-1937.

Compreendendo nossa pesquisa em cima de partidos, recorreremos a Serge Berstein (2003), quando cita que são o local onde se opera a mediação política. O autor alerta para os perigos entre o domínio do concreto e o do discurso, afinal há sempre uma distância considerável entre ambas, e é através dessa observação que procuraremos compreender as divisões políticas referidas. Além disso, compreendemos o sistema partidário como o conjunto de relações dos diversos partidos entre si, com os grupos de interesse, por um lado, e com os diversos aparatos que compõem o Estado, por outro, pensando assim em uma organização complexa que se move num espaço de aparelhos mais ou menos similares (SOUZA, 1990).

Procuraremos analisar as divisões políticas no Estado e seus atores envolvidos em um contexto de disputa pelo poder político, afinal, é impossível fazer essa análise desconexa:

Das determinações externas, das pressões, das solicitações de todo tipo. Foi – e continua sendo – uma contribuição das pesquisas das últimas décadas lançar luz sobre o jogo dos interesses, as correspondências entre os pertencimentos sociais e as escolhas políticas, acompanhar a intervenção dos grupos de pressão e mostrar

² A região da Campanha é a região do Rio Grande do Sul que faz fronteira com Uruguai e parte da fronteira gaúcha com a Argentina. Dentre outros municípios, a região abrange Uruguaiana, Alegrete, Quaraí, Santana do Livramento e Bagé. Sobre a região da Campanha, cf. Silva (2014).

³ O termo *milagre do Rio Grande do Sul* está em Cortés (2007).

⁴ Sobre a participação gaúcha na “Revolução” Constitucionalista, cf. Lapuente (2015a; 2015b).

que a decisão política era resultante de uma multiplicidade de fatores que nem todos eram políticos, podendo ir até a alienação da vontade política e o confisco do Estado.(REMOND, 2003, p. 446).

Por fim, dentro desse escopo teórico-conceitual, procuraremos demonstrar o processo de isolamento político de Flores da Cunha, em confronto com Vargas, e o papel da Frente Única Gaúcha nesse contexto, bem como a participação de Góis Monteiro visando a anular os corpos provisórios, força paramilitar mantida por Flores. Procuraremos problematizar como ocorreu esse processo e a participação de alguns atores políticos envolvidos.

A relação do *florismo* entre a política regional e nacional

Com os dois partidos do estado no exílio por apoiar a Guerra Civil de 1932, o situacionismo gaúcho, encabeçado por Flores da Cunha junto com Vargas e Oswaldo Aranha, se vê acéfalo, fundando o Partido Republicano Liberal, que surge “(...) das cinzas dos velhos partidos gaúchos, esgotados em sua finalidade, pelo abandono de seus princípios básicos”, nos dizeres de Vargas (O PARTIDO..., 1933, p. 43). Já o interventor gaúcho surge como uma liderança nacional que não se contenta em apenas administrar o Rio Grande do Sul sem interferir na política nacional e de outros estados. É a partir dessa postura ‘intrometida’ de Flores da Cunha que iniciarão os primeiros dissídios entre os líderes gaúchos, que culminará em uma guerra surda entre os dois desembocando na renúncia e exílio de Flores da Cunha em 1937.

Apesar de apenas em 1935 que a rivalidade entre Vargas e Flores ganhará uma conotação mais aguda, já antes algumas distensões entre o líder político do estado e o governo central ocorrerão: fazendo uma análise no *Diário* de Getúlio Vargas, encontramos oito ameaças desde o fim da revolução de 1932 até 15 de abril de 1935, quando toma posse como governador constitucional, a maioria delas condicionando sua manutenção como interventor ao atendimento de alguma exigência. Essa relação de intensa pressão de Flores da Cunha, por outro lado, está atrelada a uma colaboração de Flores com Vargas, que possuíam, nesse momento, uma relação bastante amistosa. Afinal, com um Rio Grande dividido e com os principais partidos na oposição e conspirando, a presença de Flores da Cunha era a garantia de ordem política no estado natal do presidente. Verificando seu *Diário* nesse período, vemos raras críticas a Flores da Cunha, marcando uma relação de confiança, visível quando as ameaças de demissão se concretizam e Vargas (1995, p. 173) nega: “respondi não aceitando, por julgar indispensáveis seus serviços”.

Essa situação muda após 1935. Isso fica evidente em um discurso de Flores da Cunha cerca de 20 anos depois, sobre o início da sua perseguição política, quando Vargas se dirigiu ao Palácio do governo estadual em agosto de 1935 e disse:

O sr. Presidente, com quem na intimidade nos tuteamos, disse-me: ‘Flores, com esta constituição de 34 e com este congresso eu não poderei continuar governando’. Em outubro haverá nova eleição, você terá uma grande maioria e poderá governar francamente, amparado no legislativo, respondi-lhe. Ele mostrou-se cético e retrucou que não era possível. Levantei-me e disse-lhe, e nisso um traço da minha imbecilidade, que só poderia contar comigo se houvesse uma nova revolução. [...]. Desde então fiquei, pela resistência, marcado na paleta, como se diz no Rio Grande do Sul.⁵

O próprio Flores da Cunha coloca esse momento como o verdadeiro ponto de inflexão de sua relação com o presidente. Recorrendo novamente ao *Diário* de Getúlio Vargas, percebemos que o crescimento do tom de crítica começa a direcionar para Flores da Cunha um pouco antes, em abril, em função da rivalidade entre Flores da Cunha e Gois Monteiro, uma questão que trouxe dores de cabeça a Getúlio, já que o segundo no cargo de ministro da guerra não admitia a manutenção de corpos provisórios, “reserva irregular a serviço de caprichos caudilhescos” (COUTINHO, 1956, p. 190).

Quando a candidatura de Góis Monteiro foi lançada, Flores da Cunha convocou os interventores de Minas, Bahia e Pernambuco, ressaltando que sustentaria a candidatura de Vargas nem que fosse pelas armas. Por meio de um clima de animosidade, Flores mobilizou corpos provisórios no Rio Grande do Sul, provocando a ira de Góis que, na visão de Vargas, levantara o espírito de classe no exército contra o interventor do Rio Grande do Sul (VARGAS, 1995). Por sua vez, Vargas, naquele momento, acabou não pendendo para nenhum dos lados em dissídio. Esse assunto será outro motivo para desgastar Flores da Cunha. Quando iniciou os trabalhos da constituinte, Góis lançou um manifesto exigindo maior autonomia para o exército e aumento dos soldos, ao que a bancada liberal inflamada por Flores da Cunha se posicionou de forma contrária, e o interventor gaúcho ainda exigira junto a Getúlio a demissão do general. Góis também realizaria uma campanha aberta contra Flores da Cunha na imprensa, além de nomear figuras hostis a ele para chefiar a 3ª Região Militar

⁵ BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Diário da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro. Ano VIII nº 69, 11.04.1953, p. 2642. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD11ABR1953.pdf#page=>>. Acesso em 25 jul. 2015. Discurso do deputado Flores da Cunha.

quando o dissídio entre o governador e o Catete passou a ter contornos mais críticos – fazendo parte do que René Gertz (2005) chamou de “lances de xadrez” para assegurar a fidelidade do exército contra o *florismo* e seus provisórios e, no cenário nacional, garantir a adesão ao projeto continuísta.

Enquanto isso, Flores da Cunha, desde o fim da guerra civil, procurou reconciliar a política gaúcha, fracionada desde então. Poucos dias antes de fundar o PRL, ele procurou a FUG no exílio⁶ e, através de Maurício Cardoso, propôs reunificar a política regional, sem sucesso. Já após as eleições de 1933, o jornal situacionista *A Federação* divulgara uma nota intitulada *A generosidade em função da paz* em que dizia que:

O general Flores da Cunha continúa firme no proposito de levar a bom termo e o mais depressa possível a pacificação dos espiritos no Rio Grande do Sul. Apesar de todas as dificuldades que os nossos adversários teem oposto e continuam a opor a essa iniciativa, o eminente cidadão persiste no seu generoso proposito. (...) E aí está porque o general Flores da Cunha acaba de renovar o seu ardente desejo de ver repressarem ao Rio Grande, os seus patrícios exilados, com todas as garantias que as exigencias da ordem possam permitir nesse momento. Todavia - é bem de ver esse ‘desideratum’ não depende, apenas, dele. Por uma circunstância que tem tanto de paradoxal, quanto de explicável - são os próprios beneficiarios da munificencia e da tolerancia oficial, os que se opõem aos seus nobres objetivos. É preciso, portanto, para que se alcance a total da pacificação das consciencias, que haja um movimento simultaneo e de boa vontade; é preciso que aqueles que devem receber venham ao encontro de quem quer dar.⁷

Analisando essa passagem, é perceptível uma cobrança pública à Frente Única Gaúcha, com suas principais lideranças ainda exiladas, em compor com o governo estadual uma conciliação, jogando a responsabilidade pela divisão política do estado aos opositoristas. Um destaque se dá pela iniciativa de conciliação ter partido de Flores da Cunha, e a Frente Única ter negado maiores conversas com o interventor. Desconsiderando as partes superlativas do texto, que visam a engrandecer a figura de Flores da Cunha em detrimento de uma intransigência da oposição gaúcha, a tentativa de unificar o estado tinha um interesse por trás: harmonizar um estado fracionado e, assim, aumentar o poderio de Flores da Cunha com um Rio Grande unido sob sua liderança.

⁶ Sobre a atuação da FUG no exílio e a vigilância feita por Getúlio Vargas e Flores da Cunha, cf. Lapuente (2015c).

⁷ *A Federação*, 24.05.1933.

Quatro dias após a publicação de *A Federação*, o Decreto nº 24.297 concedeu anistia aos revoltosos de 1932, bandeira essa defendida por Flores da Cunha desde março de 1933. Os revolucionários gaúchos, retornando, logo começam a tramar contra o PRL (RANGEL, 2001), todavia nunca deixando de conversar com os dois políticos gaúchos, sobretudo com Getúlio Vargas. É curioso notar essa mudança de atitude da FUG que, pouco tempo atrás, pegara em armas para derrubar Getúlio. Essa atitude fica bastante clara ao recorrermos, novamente, ao *Diário* de Getúlio, que relata a procura do líder do Partido Libertador:

Pela manhã do último dia, mandou-me um cartão, com muita insistência para falar-me, o dr. Argemiro Dornelles, meu antigo médico em São Borja, para tratar de assunto importante. Recebi-o. Disse-me que vinha da parte de Raul Pilla, que este havia mudado de opinião a meu respeito, compreendia que não fizera um juízo exato da situação, estava disposto a uma aproximação com o governo federal, e que isto seria fácil, bastaria substituir a candidatura do Flores à presidência do estado (VARGAS, 1995, p. 344-345).

Em outra passagem é relatado o encontro com o republicano Lindolfo Collor:

À noite, recebi Lindolfo Collor, cuja aproximação se verificou por intermédio e iniciativa do General Góis. (...); [Entramos no assunto: A pacificação do Rio Grande]. Explicou-me as *demarches* havidas, segundo ele, por iniciativa e insistência do Flores, e a recusa que havia à aceitação da candidatura do Flores, que importava uma simples adesão. Observei-lhe que as aspirações ideológicas da Frente Única que já não estavam realizadas estavam em vias de realização. Nessas condições, fazer questão do nome do Flores seria conduzir um assunto que poderia trazer tantos benefícios ao país a uma questão pessoal (VARGAS, 1995, p. 378).

Percebe-se novamente a procura da FUG a Getúlio Vargas, dessa vez por um membro do PRR e intermediado pelo rival de Flores da Cunha, Góis Monteiro, tomando novamente como ponto a figura de Flores da Cunha, desta vez procurando afastar sua candidatura a governador do estado. A conversa entre os dois vai mais além. Segundo Vargas

Falou-me, então, na hipótese de a pacificação estender-se a todo o país em torno do meu governo, do qual eles fariam parte por uma reorganização do ministério, para realizar um rigoroso programa financeiro. Respondi-lhe que aceitava a discussão da tese e sugeria mais a hipótese de formação de um grande partido nacional, para o qual eles entrariam, e que traçaria um programa político e administrativo que seria rigorosamente executado. Também aceitou, ficou de ouvir seus companheiros e, até mesmo, se fosse necessário, ir ao Rio Grande e depois responder-me (VARGAS, 1995, p. 378-379).

Vargas não apenas ‘dá conversa’ a Lindolfo Collor, como verbalmente levanta a hipótese de criar um partido em conjunto com a Frente Única Gaúcha, oposição de Flores da Cunha no governo estadual, levantando a hipótese desta participar do governo federal por uma nova recomposição ministerial. Nota-se que, durante essa conversação, as relações entre Flores e Vargas ainda não estavam rompidas. Percebemos uma jogatina realizada pelo presidente, sinalizando com ambos os lados da política estadual, mantendo todas as portas de contato abertas, visando não depender somente de Flores da Cunha para a manutenção da ordem política no estado. Já o governador rio-grandense buscou uma reaproximação até mesmo “menos formal”, no momento em que o governo do estado criou novas secretarias, a da Saúde e Educação Pública e a de Obras Públicas. Concatenado com uma série de reformas que seu governo iniciou no ensino estadual, Flores da Cunha convidou Raul Pilla, que era médico e professor, para assumir a pasta da Saúde e Educação Pública.

O teor do convite deixava claro que “não é feito ao político, e sim ao professor emérito, ao cidadão ilustre e digno⁸, a cuja capacidade e virtudes eu desejaria confiar a tarefa de reorganizar e desenvolver os serviços de educação e saúde pública do Rio Grande do Sul”. Alegava, no final, que não possuía o desejo de contar com o apoio do PL, nem exigiria mudança de orientação política de sua parte. Mas Pilla negaria o convite. Alegando que, mesmo não condizendo com nenhum compromisso político, era, para ele, impossível dissociar o médico e professor do político militante, questão que se agravava por ser presidente do Diretório Central do PL. Acrescentou que sua recusa se dava, também, por ter defendido na Assembleia Constituinte “o princípio da responsabilidade dos secretários de estado como essencial ao bom funcionamento do regime democrático representativo”, não se sentindo “agora à vontade, se aceitasse o cargo com diferente caráter do que por mim mesmo preconizado”.⁹

Getúlio sabia dos diálogos da FUG com Flores e tinha conhecimento também da resistência que alguns elementos *frenteunistas* punham para a consolidação da unificação partidária rio-grandense. Batista Lusardo, Maurício Cardoso e Borges de Medeiros são alguns dos nomes mencionados em um telegrama enviado em 23 de

⁸ Aqui, acreditamos que o convite procurasse estar concatenado com o contexto da época, que valorizava a figura do técnico. Pedro Dutra Fonseca (2012) destaca o número de órgãos e conselhos técnicos criados pelo governo federal com este caráter, sobretudo voltados para a indústria, como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Departamento Nacional do Trabalho, Conselho Federal do Comércio Exterior, Conselho Técnico de Economia e Finanças, entre outros.

⁹ *Diário de Notícias*, 14.06.1935.

março de 1935 por Flores a Vargas como opositores da conciliação política estadual e favoráveis a uma *ação violenta* (ELÍBIO JR, 2006).

Os dois primeiros embates abertos entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha vieram com as eleições estaduais de Santa Catarina e do Rio de Janeiro. Em Santa Catarina, Flores da Cunha tomara partido na campanha do interventor Aristiliano Ramos, que possuía minoria no legislativo. Mesmo com a intervenção de Flores da Cunha e Antunes Maciel, ex-ministro da justiça, o vencedor foi Nereu Ramos, primo e adversário político de Aristiliano, que possuía o apoio de Getúlio. Mas será a intervenção na eleição do Rio de Janeiro que abrirá uma frente aberta entre ambos. Nesse período, o Rio de Janeiro é um local estratégico, pela proximidade com a capital do país, e seu controle era politicamente muito importante. Boa parte do imbróglio ocorrido nesse estado foi justamente durante as festividades do centenário farroupilha, período em que Vargas estava no estado para prestigiar o evento.

O candidato a governador do estado apoiado por Flores da Cunha era Christóvão Barcellos, que controlava 22 deputados, e possuía inclusive apoio financeiro do chefe político do Rio Grande do Sul. Este estado tinha sido marcado por grande instabilidade: apenas no primeiro ano, cinco interventores haviam comandado o governo fluminense, até atingir alguma estabilidade com o governo de Ari Parreiras, que, cansado dos ataques da oposição, não quis concorrer nem tomar parte no pleito, dividindo os grupos *pró-Vargas*, e passando o controle da Assembleia Estadual para a oposição, por dois votos. A eleição era disputada pelas duas principais facções políticas, naquele momento: a União Progressista Fluminense e o Partido Popular Radical, que, para a eleição, fizera uma aliança denominada *Coligação Radical Socialista*. Essa disputa seria marcada por muita tensão, afinal, os dois candidatos, Cristóvão Barcellos, pela UPF, e o Almirante Protógenes Guimarães, pela CRS, possuíam chances de vitória, ainda que com pequena margem. (OLIVEIRA, 2012; LEVINE, 1980).

Getúlio Vargas, enquanto esteve em Porto Alegre, passou hospedado no Palácio do governo estadual, com seus telegramas interceptados por Flores da Cunha, que divulgara um deles entre Vargas e o ministro da justiça que comprovaria a intervenção federal nos assuntos daquele estado. Vai ser em meio a isso que Vargas desabafa:

Os principais motivos de queixa que tenho contra o Flores são os seguintes: 1º) O constante trabalho oficial que faz no Rio Grande,

dizendo que o governo federal nada fez por aquele estado; 2º) A mania de estar, lá de Porto Alegre, pretendendo dirigir a política federal, agitando precipitadamente a questão da sucessão presidencial e intervindo na política de outros estados; 3º) Quando estive em Porto Alegre, minha correspondência telegráfica com o Rio era controlada pelo Flores, e, nestas condições, quando os avisos iam pela estação do palácio do governo, seu telegrafista solicitava ao diretor regional as cópias dos telegramas que o almirante Protógenes me dirigia. 4º) Apoderando-se, por esta maneira, do telegrama do ministro da Justiça passado a mim, divulgou-o para que fosse publicado. 5º) E, por fim, inventou ou admitiu a invencionice de que eu procurava abrir cisão na política do Rio Grande para enfraquecê-lo. (VARGAS, 1995, p. 426)

A partir da intromissão de Flores na *questão do Rio*, Getúlio “estoura” com uma série de aborrecimentos que possuía com o líder gaúcho.

O processo de desmoronamento da estrutura político-partidária

Por meio dessa porta de diálogo com a FUG, Vargas receberá de Raul Pilla uma proposta para uma nova fórmula de governo, denominada de *Fórmula Santos-Pilla*, que consistiria em um governo de gabinete, que garantiria a participação da oposição nele. A *fórmula Santos-Pilla* é preterida em nível federal. Vargas, eximindo-se de responsabilidades, criou uma junta composta de 26 pessoas para analisar o projeto de José Maria dos Santos e Raul Pilla. Pouco tempo depois, a mesma decidiu por sua reprovação, declarando não ser a Presidência do Conselho de Ministros e a reorganização do Ministério uma proposta legal, pois nos termos da constituição o poder executivo é “exercido pelo presidente da república e passaria a ser exercido pelo presidente do Conselho de Ministros, a quem caberia a formação do novo ministério”, nos termos da fórmula. Ainda destacava que a Constituição Federal considerava todos os ministros auxiliares do Presidente da República, e que constitui competência particular do “Presidente da República nomear e demitir os ministros de Estado; a responsabilidade dos ministros, pelos atos que subscreverem ou praticarem, pode ser conjunta com a do presidente da república, mas independe da ação de qualquer outro membro do ministério”. A única viabilidade, finalizava, era se ocorresse uma revisão constitucional, já que a carta de 1934 repelia o parlamentarismo preconizado nesta fórmula. Baseado nesses dados trazidos pela Junta, Getúlio Vargas respondeu a Raul Pilla, afirmando ser impossível “prosseguir no exame da fórmula proposta”.¹⁰ O interessante a se notar é que, através desse “grupo de estudos”, Vargas conseguiu “terceirizar” a responsabilidade pela negativa ao acordo, eximindo-se desse encargo. Ou

¹⁰ Arquivo Getúlio Vargas, 29.10.1935, GV c 1935.09.26/1 e 31.10.1935, GV c 1935.09.26/1.

seja, a fórmula foi reprovada conforme desejava Vargas, mas aos olhos da FUG a recusa partia da Junta, e não do presidente.

Contudo, tendo, a essa altura, o rompimento consolidado com Getúlio e uma rivalidade com Góis Monteiro irreversível, Flores da Cunha se vê isolado politicamente. Ele, então, percebe uma conjuntura propícia para unificar e fortalecer o estado nos próximos embates contra Getúlio Vargas, aproveitando o vácuo que a recusa *varguista* deixou. As conversações sobre a unificação estadual, denominada de *Modus Vivendi*, se intensificam em novembro de 1935, se consolidando em janeiro de 1936 com ares de muita comemoração na imprensa regional e nacional. Resguardando a autonomia partidária e a liberdade de ação dos três partidos signatários, a aliança se deu através da aprovação de um projeto de lei em que os secretários de estado manteriam suas atuais funções, se reuniriam semanalmente em conselho, sob liderança de um presidente do secretariado nomeado pelo governador, que seria incumbido de escolher os secretários junto ao governador, e fiscalizaria a execução do orçamento. Os secretários de estado seriam subordinados ao poder legislativo, podendo a mesma convocar qualquer secretário, dentre outras questões de cunho político e administrativo.¹¹

Não obstante, eram previstas duas secretarias para a Frente Única, uma ocupada por Raul Pilla, da Agricultura, e a outra por Lindolfo Collor, da Fazenda. Em síntese, o preço que Flores pagaria era, teoricamente¹², a limitação de seu poder pessoal, em troca de uma composição política unificada com a oposição. Além de ceder duas secretarias, o governador gaúcho veria seu poder limitado por um governo de gabinete e seus secretários subordinados ao legislativo estadual. Além do mais, tradicionalmente a Brigada Militar fora usada para fins políticos. Ter sua nomeação sob tutela da Frente Única nos municípios em que a mesma fora vencedora e assistir a uma limitação de seu uso político e a abertura de investigações sobre abusos na eleição anterior foram limitações profundas do poder político de um governante autoritário como Flores da

¹¹ *Correio do Povo*, 18.01.1936.

¹² Ressaltamos isso, pois a historiografia não é consensual. Elíbio Júnior, nesse sentido, defende que o equilíbrio entre forças era mais aparente do que efetivo, já que, para ele, os dispositivos do programa tornaram o executivo estadual ainda mais centralizador, enquanto Carlos Rangel avalia que Flores da Cunha era individualista e autoritário, “por isso dificilmente se ajustaria a um regime de governo que valorizava o parlamento às custas da subordinação do executivo”, afirmando que “a adesão das lideranças da FUG não era total, pois João Neves, Baptista [sic] Lusardo e Maurício Cardoso deixavam-se envolver pelo assédio governista federal, sem esquecer que ainda permaneciam abertas as feridas da ignóbil traição de 1932”. Cf. Elíbio Júnior (2006) e Rangel (2001, p. 192). Já Trindade e Noll (1980) seguem a assertiva de que o executivo sofreu uma limitação *efetiva*. Acreditamos que Rangel e Elíbio Júnior tenham razão em suas assertivas, pois, efetivamente, não vimos o executivo “atado” com o novo pacto.

Cunha. Todavia, em um processo de isolamento político, Flores não tinha muitas opções.

Contudo, a unificação da política estadual não era um pacto consistente. De acordo com Pilla:

Que sucedeu então? Os novos secretários não tinham ainda tomado posse dos cargos e já a imprensa oficial e oficiosa ameaçava céus e terras com o Rio Grande unido. O pacto mostrava desde logo o seu verdadeiro aspecto: era um simples cálculo do caudilho. E já das palavras se passava aos atos. Desde então não cessou a compra de armamentos e organização de corpos provisórios, tudo isso sem, já não digo aprovação, mas sequer conhecimento do representante do Partido Libertador (RANGEL, 2001, p. 196).

Até mesmo no PRL o acordo não foi consensual. Cerca de uma semana após o acordo, o deputado estadual José Loureiro da Silva declarou: “o acordo foi recebido friamente pelo nosso partido (PRL) em certos meios, sobretudo nas classes conservadoras, com certo grau de ironia” (ABREU, 2007, p. 110). Enquanto isso, a FUG mantinha uma via de contato aberta com Vargas, que procura criar insistentemente um dissídio na unificação partidária rio-grandense e, através de Benjamin Vargas, irmão do presidente e deputado estadual do PRL, iniciará também uma cisão interna no partido de Flores da Cunha.

Batista Lusardo, libertador, em março de 1936 é convidado para um churrasco de um amigo com a presença de Getúlio que, procurando cooptá-lo, dissera: “eis a sua oportunidade. Foi ele quem lhe fez tudo aquilo [o exílio de 1932]. Não eu!”. No mês seguinte, com a renúncia de João Neves da Fontoura, Lusardo se tornaria líder das *oposições coligadas* na Câmara Federal e alinhado com a política *varguista* (CARNEIRO, 1978, p 195-197). Essa “aproximação” era consolidada ainda no período em que a FUG e o PRL mantinham o *Modus Vivendi* no Rio Grande do Sul. Não obstante, em nível federal os preparativos para cercar Flores da Cunha estavam a todo o vapor, pois a defesa interna de Flores da Cunha se dava também pelas armas. De acordo com Adriana Iop Bellintani (2002), pouco antes da primeira crise do *Modus Vivendi*, Flores da Cunha alegou ter descoberto uma conspiração armada contra o seu governo. Através dessa descoberta, iniciou uma espécie de *corrida armamentista*, equipando em armas ainda mais os seus provisórios, aumentando o arsenal bélico, preparando planos militares ofensivos e defensivos contra o governo central com seus 14 mil provisórios, e se aliou com líderes militares de outros estados. Essa questão foi vista com muita

animosidade por Vargas, afinal, os provisórios se constituiriam como um verdadeiro entrave para o processo de fechamento político.

Anular Flores da Cunha era o passo mais importante para a derrubada do regime vigente. Afinal, para Dulce Pandolfi e Mário Grynszpan (1997, p. 15), três questões nortearam a política federal a partir de 1936: “o combate ao comunismo, à sucessão presidencial e a desarticulação do governador Flores da Cunha”. E, nesse quesito, um importante passo foi dado a favor de Getúlio. O rompimento da união política estadual em outubro de 1936, cerca de dez meses após o acordo. A saída do PL e do PRR da composição do governo estadual por um desentendimento em torno da eleição para vice-presidente da Assembleia estadual foi o estopim que iniciou um processo de isolamento do governador gaúcho, já que no próprio PRL uma ala, que seria denominada de Dissidência Liberal, apoiou a FUG, e passou a fazer oposição ao *florismo*. Ainda que quisera subsistir, pois, segundo o pacto de 17 de janeiro, bastava a indicação de novos nomes para o secretariado, Flores da Cunha exigira um aditivo que obrigava os partidos *frenteunistas* a comunicar suas deliberações internas ao PRL (NOLL, 1980). Com isso, em 1º de novembro, estava rompido o *Modus Vivendi* pela FUG.

Contudo, os partidos *frenteunistas* também sofreram abalos. Os pró Flores da Cunha do PL fundaram a UDN¹³, encabeçada por Bruno de Mendonça Lima, enquanto que um outro grupo, que se autodenominaria de Ação Libertadora rompe com a decisão do PL em apoiar José Américo de Almeida nas eleições presidenciais, e fica ao lado de Armando Salles.¹⁴ Já no PRR, apesar de Lindolfo Collor pedir demissão da secretaria

¹³ A União Democrática Nacional foi uma pequena cizânia no PL. Bruno de Mendonça Lima proclamara um programa de esquerda socialista desde 1935 para o Partido Libertador. Após dois anos de malogro, decidiu romper com o partido e fundar essa agremiação. Ela nada tem a ver com a UDN pós-1945. O grupo de Bruno de Mendonça Lima seria incorporado ao Partido Socialista Brasileiro no pós-Estado Novo.

¹⁴ Poucas fontes temos acerca da Ação Libertadora, mas é certo que estivera ao lado de Armando Salles por reivindicar os laços com os paulistas desde o Partido Democrático Nacional e da Guerra Civil de 1932, além de repudiar a aproximação com o Catete. Apesar de a justificativa estar em cima da política nacional, os poucos indícios que temos indicam que ela esteve bastante próxima de Flores da Cunha. Apesar de duração efêmera, foi a mais significativa cisão na FUG no período 1935-1937, pois teve o rompimento de um deputado estadual (Armando Fay de Azevedo) e um deputado federal (Barros Cassal). Dentro do cenário político regional, bastante sensível, qualquer ruptura poderia comprometer a estrutura política em favor de Flores da Cunha. Sobre a Ação Libertadora, ver: *Correio do Povo*, 08.06.1937; Arquivo Particular Sinval Saldanha, 09.10.1937, cx. 49, maço 73/73A; Arquivo Raul Pilla, 25.07.1937, doc nº 002/1323.

que ocupava junto com Raul Pilla no *Modus Vivendi*, acaba fundando o Partido Republicano Castilhistas – PRC¹⁵, aliado do governador.

O cerco político no âmbito regional tem vínculos com as articulações nacionais para a eleição à presidência da república. Flores da Cunha decide apoiar Armando de Sales Oliveira, antigo adversário em 1932, contra José Américo de Almeida, que se lançaria como candidato da situação um pouco mais tarde. Segundo Luciano Aronne de Abreu:

Após um breve período de oscilação, Flores da Cunha decidiu-se por apoiar o nome de Armando de Sales - que recebeu também o apoio das oposições da Bahia e de Pernambuco - como candidato à sucessão de Vargas. Ainda que tenham sido adversários em 1932, o que levou Flores e Sales a se unirem em 1937 foi a preocupação comum de setores das oligarquias gaúcha e paulista com a perda de seu poder político (...) Como consequência direta do apoio de Flores a Sales, em nível nacional acelerou-se a aproximação da FUG com Getúlio Vargas e, no plano regional, precipitou-se a dissidência da aliança governista e do próprio PRL, levando o governador a perder sua maioria parlamentar. Estes acontecimentos vêm a confirmar aquilo que, desde fevereiro de 1936, J. Macedo já havia observado em carta ao Presidente: 'É voz geral, é comum ouvir-se: se esta união (o 'modus vivendi') é para ir contra o Getúlio podem ficar certos os chefes políticos que ficarão sós' (ABREU, 2007, p. 119-120).

Getúlio procurou abrigar e assegurar o apoio que os grupos dissidentes no Rio Grande do Sul tinham lhe dado. Em carta para Oswaldo Aranha, durante a visita deste ao Rio Grande do Sul, Vargas afirmou:

Sobre tuas conversas ai, ignoro o que pretende ou deseja governador. Não penso fazer-lhe qualquer proposta além do que conversamos aqui, pois, não confio nele e tive que, para defender-me dele, estabelecer ligações que não posso abandonar. Meus telegramas posteriores a ti, apenas para teu conhecimento como base para exame tuas conversações, nunca como opinião minha e menos ainda iniciativa qualquer entendimento. Este só poderá ser feito como troca de ideias entre ambos, pendente meu conhecimento e aprovação posterior. Compreendes delicadeza situação de quem sempre se recusou entendimentos com adversários enquanto tive apoio dele, mas tive de recebê-los depois que ele pretendeu fazê-los seus instrumentos para atacar-me. Não posso agora entregar a ele os elementos que me apoiaram no momento difícil. como não abandonarei também esse guapo grupo de rapazes do partido liberal que constituem o melhor de sua organização.¹⁶

Podemos, com o telegrama acima, aferir que Getúlio, além de se preocupar em manter a nova situação política no estado, que lhe era favorável, também teve que

¹⁵ Sobre o PRC, a melhor fonte de consulta é o raro livro de Collor (1937).

¹⁶ Arquivo Getúlio Vargas, 04.07.1937, GV c 1937.01.04/2.

justificar a aliança com figuras que tentaram derrubar o governo através das armas. Vargas também tenta ‘blindar’ Aranha contra as investidas de Flores da Cunha, que poderia acarretar na adesão do mesmo ao bloco *florista*.

Com o cerco político praticamente completo, restava a Getúlio derrubar o último baluarte de sustentação de Flores da Cunha, e o mais complicado: os corpos provisórios e o poder militar do estado. Desde setembro de 1935, quando sua relação com o governo federal se tornara mais hostil, Flores da Cunha procurava demonstrar e fortalecer o poderio militar que o cercava. A primeira grande demonstração ocorreu em outubro, quando Flores declarava que o Rio Grande do Sul faria tudo para normalizar a vida política do país, e tentaria retirar da cabeça de alguns a ideia de se implantar uma nova ditadura, e que, se isso ocorresse, o Rio Grande do Sul se levantaria em armas contra a medida. Ao concluir sua fala, explanava: “quero que a nação saiba que eu lutaria até a última gota do meu sangue”¹⁷. De uma ameaça verbal, para uma demonstração real: ao saber do levante comunista em novembro, Flores da Cunha teria movido vinte mil homens e enviou a Vargas um telegrama disponibilizando seus soldados. Apesar de negada a ajuda pelo presidente, à demonstração de força dos provisórios alertou Vargas sobre a força bélica que o Rio Grande do Sul possuía, enquanto o presidente tomava medidas extremas do Congresso Nacional, que permitiram a declaração do Estado de Sítio e encaminhar o Estado de Guerra (CORTES, 2007). Nesse sentido, deve-se ressaltar que a partir desse momento o cenário político nacional passaria por períodos discricionários praticamente ininterruptos até o golpe do Estado Novo.

Em suas memórias, Góis Monteiro narra a luta por aumento do soldo entre militares em 1935, que, em um grupo oficial apoiado por Flores da Cunha, ocorreu a insurgência contra Góis, então ministro da guerra. Com esse ocorrido, Góis não pode permanecer no Ministério, pedindo demissão do cargo por quebra da disciplina militar. Na hora da escolha do novo nome, o presidente teria dito a Góis: “ele [Flores da Cunha] me pagará o que fez!” (COUTINHO, 1956, p. 265). Já em 1936, em agosto, relata ser chamado ao Catete por Getúlio. Nesse encontro, Vargas sabendo da animosidade entre Flores e Góis, lembrou ao segundo que o primeiro mantinha em armas ainda os corpos provisórios. A isso, deixemos ao próprio Góis relatar:

¹⁷ *Correio do Povo*, 10.10.1935.

Disse-lhe, então, que isso era uma anomalia, um absurdo, e que se devia começar a ação por eliminar esse estado de coisas, competindo ao Exército fazê-lo, e que, apesar de saber que sempre aparecem os trânsfugas e os coveiros da própria classe militar a que pertencem, eu me encarregaria de levantar o Exército contra uma aberração que não podia coexistir com a permanência da Forças Armadas e as atribuições que a constituição lhe confere (COUTINHO, 1956, p. 282).

A partir desse momento, Vargas começou a intensificar, em parceria com Góis, o cerco militar a Flores da Cunha. Até porque, para Lígia Osório Silva (2012), Góis Monteiro era um homem politicamente ambicioso que já havia sido chamado outras vezes em fases de crises, embora em muitos momentos tivesse chegado a acenar com algumas conspirações. Contudo, desde a sua demissão da pasta, podemos perceber que Vargas passou a distanciá-lo do executivo federal, pois, além de substituí-lo por João Gomes, um perfil distinto do seu, passou por um período de relativo ostracismo na política militar do Catete, voltando à cena com mais força do que nos períodos anteriores, graças à mobilização militar *florista*. E teria *carta branca* para reorganizar as três frentes que considerava necessárias no Exército: material, tropa e chefe.

Essa ameaça começa a ser desmantelada por Getúlio de maneira cautelosa, sendo o primeiro passo o encaminhamento de um estado politicamente dividido. Afinal, Vargas conhecia o que o Rio Grande do Sul unido poderia fazer no campo militar. As atividades dos provisórios gaúchos foram cuidadas de perto por aliados *varguistas* no Rio Grande do Sul, que lançou mão de informantes diretos ao presidente sobre as mobilizações militares. Em novembro de 1936, o General Lucio Esteves comunicava Walder Sarmanho sobre reuniões de provisórios em Marcelino Ramos, Passo Fundo e Santa Maria. Também alertava para seus usos na construção de estradas e rodagens. Já em outro telegrama, o alerta é dado para uma aliança armada Rio Grande-São Paulo, entre Armando Sales e Flores da Cunha. Desvios por parte de militares no exército no Rio Grande do Sul também não ficaram em desatento. Manuel Olívio Pires, chefe do posto aduaneiro de Santo Angelo e “extremado político partidário” foi acusado de aliciar membros de provisórios da cidade para atacar a rede de segurança da guarnição federal, sendo solicitado seu desligamento.¹⁸ Essa prática fora adotada todas as vezes que algum elemento do exército era suspeito de possuir algum tipo de ligação com Flores da Cunha, procurando anular elementos opositores a Vargas nas guarnições federais que preparavam, nesse momento, intervenção federal no estado.

¹⁸ Essa afirmação se dá através de diversos telegramas presentes no dossiê GV c 1936.10.01 do Arquivo Getúlio Vargas.

Posteriormente, em maio, Góis retornou ao Rio Grande do Sul sob virulentos ataques e denúncias na Assembleia Legislativa, no Congresso Nacional e pela imprensa, denunciando a intervenção no estado gaúcho. A *Operação de Maio* foi “uma verdadeira operação de guerra contra Flores da Cunha” (CAMARGO, 1989, p. 140). Quando se preparavam as tropas para convergir sobre Porto Alegre e os pontos vitais do estado, Góis Monteiro foi chamado por Dutra, devido aos ataques que sofria por aquela operação, que padecia da rejeição de importantes oficiais do Exército (COUTINHO, 1956). Por aquele momento, fora abortado o movimento contra o Rio Grande do Sul. Com o cerco formado nos campos político e militar, Flores da Cunha estava isolado. Sem apoio externo, mantinha algum tipo de contato com Armando Sales e alguns poucos governadores de oposição (ABREU, 2007). Flores da Cunha não tinha saída com o contexto criado. Isolado e sem perspectivas, estava pronto para tomar o *xequete* de Getúlio Vargas.

Claro que as ligações entre exército e política não ficaram distantes. Por exemplo, Maurício Cardoso, em uma conjuntura política difícil para Flores da Cunha, que possuía a maioria de um voto apenas na Assembleia Legislativa, propôs a Getúlio Vargas que os deputados oposicionistas se declarassem coagidos e incapacitados de exercerem seus mandatos, se refugiando em um quartel em Porto Alegre, de onde pediriam a intervenção federal no estado. Essa medida, vista até com certa simpatia por Getúlio, foi rechaçada por Góis Monteiro. O que os deputados oposicionistas planejavam era aproveitar o clima hostil que os debates na Assembleia Legislativa proporcionavam, pois os trabalhos foram inundados com os deputados armados com revólveres na cintura e com capangas contratados por Flores da Cunha dentro e fora do prédio, ao passo que a oposição revidou na mesma moeda, contratando seus próprios homens encabeçados pelo controverso Gregório Fortunato. Maurício Cardoso, em 15 de setembro de 1937 e com respaldo de Vargas, lidera um movimento a favor do *impeachment* de Flores da Cunha, que naquela conjuntura possuía a minoria de um voto. Flores da Cunha, coagindo um deputado classista a renunciar, conseguiu reverter a situação, com um voto de diferença a favor (CORTES, 2007). O processo acabou não indo adiante.¹⁹

¹⁹ Ressaltamos isso pois a historiografia, de modo geral, dá o processo como ocorrido, o que não é verdade. Alguns trabalhos, como de Sosa (2001, p. 96-97), disseram que Flores da Cunha coagiu Alexandre Rosa “e o deputado oposicionista votou contra o *impeachment*”, o que é falso, pois não pode ter votado em um projeto que não existiu e nem foi levado a votação, sendo esse trecho citado por outros

E a derrubada de Flores da Cunha veio com um documento, entregue por Daltro Filho, comandante da III Região Militar, que solicitava a federalização da Brigada Militar, solapando sua principal força naquele momento. Consultando o Secretariado, procurou brechas legais ao pedido de federalização. Convocando, então, a bancada classista e liberal, Flores da Cunha colocou em pauta duas opções: resistir ou renunciar, sendo a segunda opção escolhida por ampla maioria, o que ocorre em 17 de outubro, poucos dias antes da decretação do Estado Novo, agora livre da maior resistência ao golpe. Da capital, Flores da Cunha se dirigiria para Santana do Livramento, sua terra natal e reduto político para, no dia seguinte, seguir a Rivera, onde viveria exilado até 1942, passando nove meses na prisão por comprar ilegalmente armamentos no exterior. Com sua queda, foi decretada a intervenção federal no Rio Grande do Sul sem resistências. Por isso, nos parece bem colocada à afirmação de Eliane Colussi (1995), que defende ter iniciado o Estado Novo no Rio Grande do Sul com cerca de um mês de antecedência.

Considerações Finais

Procuramos nesse artigo demonstrar, parcialmente, como ocorreu o processo de isolamento político de Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul. Fica claro que uma série de “jogadas de xadrez” foram necessárias para cercar Flores da Cunha,

trabalhos, como Bellintani (2002, p. 59). O mesmo com Love (1975, p. 272), que afirmou ter “uma moção *apresentada* no Legislativo Estadual, de impugnação contra Flores, fracassou por somente um voto de diferença”, e com Levine (1980, p. 225), “a Frente Unida [*sic*] Gaúcha, grupo oposicionista do Estado, por pouco não conseguiu aprovar o *impeachment* do governador: perdeu por um voto”. Nem Sosa, nem Love disseram de onde retiraram a fonte para essa afirmação. Até na internet vemos que continua se reproduzindo. O *blog* de Gunter Axt menciona, em duas postagens, que Flores da Cunha sofreu o primeiro processo de *impeachment* da história do Rio Grande do Sul, reafirmado pelo mesmo em entrevista. Baseado na informação cedida pela historiografia, e certos de que houve um processo de impedimento contra o governador, dedicamos alguns dias procurando evidências desse processo, até perceber que, na verdade, ele nunca existiu, pelo silêncio da imprensa, pela ausência de menções nos arquivos privados exceto a articulação, e consultando *in locu* os anais da Assembleia Legislativa entre agosto e setembro. Mas foi, e segue sendo reproduzido pela historiografia e bibliografia pertinente a existência do processo que nunca houve. As referências de Gunter Axt podem ser vistas em: AXT, Gunter. *O primeiro processo de impeachment no RS*. Porto Alegre, 28 out. 2009. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/pedepagina/2009/10/28/o-primeiro-processo-de-impeachment-no-rs/?topo=13,1,1,..,13>> acesso em: 23 dez. 2015; AXT, Gunter. *Busto de Flores da Cunha no Piratini*. Porto Alegre, 30 nov. 2009. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/pedepagina/2009/11/30/busto-de-flores-da-cunha-no-piratini/?topo=13,1,1,..,13>> acesso em: 23 dez. 2015; WOLFART, Graziela. *Flores da Cunha: um compromisso com a democracia liberal*. Porto Alegre, 10 ago. 2009. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2724&secao=303> acesso em: 23 dez. 2015. Ao bem da verdade, os trabalhos que encontramos que não afirmam que o processo foi adiante (embora também não digam que *não foi*) são os de Gertz (2005, p. 17) e Cortés (2007, p. 140).

tanto política como militarmente. Tanto que, desde o rompimento definitivo, em setembro de 1935, até sua queda, em outubro de 1937, decorreram dois anos em que Getúlio Vargas tivera que trabalhar pacientemente até conseguir garantir o apoio da Frente Única Gaúcha, de um grupo de dissidentes dentro do Partido Republicano Liberal e do exército, pois Góis Monteiro, demitido em 1935 do ministério da guerra, volta à cena em outubro de 1936 essencialmente para cuidar dos provisórios e retirar peças importantes do comando militar que eram contrárias ao uso do exército nessa missão. Por fim, o que motivou essa pesquisa foi além da baixa produção historiográfica que permeia o período entre o *castilhismo-borgismo* e o Estado Novo no que tange a história política gaúcha, também a necessidade de se olhar o regime Vargas através de uma ótica regional. Entretanto, ressaltamos que esse artigo faz parte do processo inicial da pesquisa de mestrado que desenvolvemos junto ao Programa de Pós Graduação em História da PUCRS, em que temos, aqui, alguns apontamentos iniciais. Um resultado mais conclusivo, portanto, ainda está em construção.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Luciano Aronne de. *Um olhar regional sobre o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- AXT, Gunter. *O primeiro processo de impeachment no RS*. Porto Alegre, 28 out. 2009. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/pedepagina/2009/10/28/o-primeiro-processo-de-impeachment-no-rs/?topo=13,1,1,,13>> acesso em: 23 dez. 2015.
- _____. *Busto de Flores da Cunha no Piratini*. Porto Alegre, 30 nov. 2009. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/pedepagina/2009/11/30/busto-de-flores-da-cunha-no-piratini/?topo=13,1,1,,13>> acesso em: 23 dez. 2015
- BELLINTANI, Adriana Iop. *Conspiração contra o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Diário da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro. Ano VIII nº 69, 11.04.1953, p. 2642. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD11ABR1953.pdf#page=>>>. Acesso em 25.07.2015. Discurso do deputado Flores da Cunha.
- CAMARGO, Aspásia et al. *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro: Rio Branco, 1989.

- CARNEIRO, Glauco. *Lusardo, o último caudilho*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- COLLOR, Lindolfo. *Discursos e manifestos (1936-1937)*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.
- COLUSSI, Eliane. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1995.
- CORTÉS, Carlos E. *Política gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- COUTINHO, Lourival. *O General Góes depõe...* Rio de Janeiro: Livraria editora Coelho Branco, 1956.
- ELÍBIO JR, Antônio Manuel. *A construção da liderança política de Flores da Cunha: Governo, história e política (1930-1937)*. Tese (Doutorado em História), Campinas, UNICAMP, 2006.
- FONSECA, Pedro César Dutra. Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930. In: FONSECA, Pedro César Dutra; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. (org.). *A Era Vargas*. Desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- GERTZ, René Ernaini. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.
- LAPUENTE, Rafael Saraiva. 'Estou forte e mantereí a ordem. Reagiremos!' Um estudo a respeito da política rio-grandense por meio da 'revolução' de 1932. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. n. 149, jul/dez 2015a.
- _____. 'Ficac com Rio Grande e sêde o seu galhardo conductor na nova crusada redemptora': o papel do Rio Grande do Sul na 'Revolução' de 1932 - antecedentes e consequências. In: BRUM, Cristiano Enrique et al (orgs.). *O historiador e suas tecnologias*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2015b.
- _____. Os políticos gaúchos no exílio: conspirações contra os governos Getúlio Vargas e Flores da Cunha (1932-1934). In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti (org.). *III Congresso Internacional de História Regional*. Passo Fundo: UPF, 2015c.
- LEVINE, Robert M. *O Regime de Vargas: os anos críticos (1934-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélió. *Subsídios para a história do parlamento gaúcho (1890-1937)*. Porto Alegre: Corag, 2005.
- _____. *Partidos e política no Rio Grande do Sul (1928-1937)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.
- OLIVEIRA, Priscila Musquim Alcântara de. *O candidato civil do PCB: a trajetória política do engenheiro Yêddo Fiúza (1930-1947)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

O PARTIDO Republicano Liberal e o Seu Programa. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Editora do Globo, 1933.

PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYNSZPAN, Mario. Da revolução de 30 ao golpe de 37: A depuração das elites. *Revista de Sociologia e Política*. Paraná. Volume II, nº 9, jul/dez 1997, p. 15.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Crime e Castigo: Conflitos políticos no Rio Grande do Sul (1928-1938)*. Passo Fundo: Editora UPF, 2001.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SILVA, Lígia Osório. A “política do exército” no primeiro governo Vargas: 1930-1945. In: FONSECA, Pedro César Dutra; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. (org.). *A era Vargas*. Desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SOSA, Derocina Alves Campos. *Federalismo versus centralização: a década de 1930 no Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001.

SILVA, Marco Antônio Medeiros da. *Qual é o jogo? Um inventário dos discursos sobre a estrutura socioeconômica da campanha rio-grandense*. Porto Alegre: FCM Editora, 2014.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990.

TRINDADE, Hélgio (org.). *Revolução de 30: Partidos e Imprensa partidária no RS*. Porto Alegre: L&PM Editora, 1980.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995, v. I e II.

WOLFART, Graziela. *Flores da Cunha: um compromisso com a democracia liberal*. Porto Alegre, 10 ago. 2009. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2724&secao=303> acesso em: 23 dez. 2015.

ARQUIVOS PESQUISADOS:

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (A Federação).

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (Diário de Notícias/Correio do Povo).

Arquivo Getúlio Vargas/Arquivo Lindolfo Collor – CPDOC/FGV.

Arquivo Raul Pilla/ Arquivo Flores da Cunha – NUPERGS/UFRGS.

Arquivo Sinval Saldanha – AHRGS.